



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 5º PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1
2
3
4 No vigésimo terceiro dia do mês de abril de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges
5 de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)
6 **Atas (Plen. Ord. 1ª de 26-02-15; 3ª de 26-03-15) e Expedientes; 2º) Relato de Comissões; 3º) RAG –**
7 **2014; 4º) 7ª Conferência Estadual de Saúde:-Informes (19ª Plenária Nacional de Conselhos e**
8 **Seminários DATASUS);-Comissão Organizadora;-Regimento Interno; 5º) Concurso da FEPPS.**
9 **Titulares:** Zilá Cohen, Odil Gomes, Rosemeri Suzin, João Pawlak, Carolina Gyenes, Ana Albernaz,
10 Juliana Wingert, Célia Chaves, Adão Zanandrea, Viviane Menezes, Denise Braga, Jairo Tersari, Camila
11 Jacques, José Hélio, Ana Valls, Sonia Pinheiro, Ana Martins, Alexandre Britto, Claudio Augustin,
12 Teresinha Cardoso, Eder Pereira, Ivete Dornelles **Suplentes:** Mara Soeiro, Ivanir dos Santos, Maria
13 Soares, Jeisson Rex, Rafaeli Silva, Jaime Berdias. Célia abre a plenária na avaliação da ata da primeira
14 plenária, ela pergunta se algum conselheiro gostaria de fazer alguma correção, sem nenhuma correção, ela
15 põe em votação a aprovação da ata, a mesma foi aprovada sem contras e uma abstenção. Célia põe em
16 avaliação a ata da terceira plenária, sem nenhuma sugestão de correção sobre a mesma, ela põe em
17 votação a aprovação da ata, a mesma foi aprovada sem contras e abstenções. Célia em expedientes
18 apresenta duas novas conselheiras para a plenária. Célia passa para o ponto de pauta do relato das
19 comissões, e pergunta se alguma comissão gostaria de fazer algum relato. João diz que participa de outras
20 comissões em hospitais, e que não vai fazer um relato das comissões. Ele diz que no Hospital Geral de
21 Caxias do Sul, foi eleita a nova diretoria do conselho, e que o presidente do Conselho Municipal de
22 Assistência Social de Caxias do Sul foi eleito presidente dessa diretoria por votos de 7 a 6. Ele diz que no
23 Hospital Conceição, o Conselho Gestor fez uma visita do 1º ao 4º andar, e constataram algumas
24 irregularidades, ele diz que a emergência estava "entupida", segundo ele tinha mais de 50 pessoas nos
25 corredores, ele relata que o hospital trocou de superintendência, e que a Ex Secretária de Saúde, Sandra
26 Fagundes está assumindo esse cargo. Ele diz que eles do Conselho Gestor, esperam ter a presença da
27 presidente na sua próxima reunião, e esperam ouvir quais serão as suas decisões em relação a gestão. Ana
28 Valls diz que na Comissão de Fiscalização, os conselheiros estão atualmente encaminhando tudo que
29 chega para a comissão, diz que as reuniões continuam sendo as terças-feiras de tarde e que estão abertas
30 para os demais conselheiros que queiram participar. Ela diz que estão organizando uma planilha para
31 poderem ficar com todos os dados de 2015, 2014 e 2013, para enxergarem tudo que se passou pela
32 comissão de fiscalização, quais os encaminhamentos foram tomados e quais ficaram pendentes e se for
33 possível retomar os mesmos para serem resolvidos. Ela diz que farão um mutirão na terça-feira na
34 comissão, e encaminharão tudo que vai para o arquivo, e deixarão a pasta de 2015 em ação. Ela faz um
35 relato para a plenária como representante CES no Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos
36 Agrotóxicos, sobre a 1ª Audiência Pública em Ijuí, que foi no mesmo dia da plenária passada, onde
37 discutiram sobre os agrotóxicos, o adoecimento e as consequências do uso dos mesmos. Ela diz que
38 saíram algumas propostas dessa reunião, e que todo o material dessa audiência está sendo degravada pelo
39 Ministério Público, quando estiver disponível, será encaminhado para todos os conselheiros. Ela diz que
40 na sua fala durante essa audiência, ela lembrou todos para participassem das conferências nos seus
41 municípios, e que levassem a problemática dos agrotóxicos, e suas possíveis soluções para acabar com o
42 adoecimento que tem como causa os agrotóxicos. Célia diz, ainda dentro da última fala de Ana, que o
43 número de respostas do questionário das questões da saúde, foi relativamente baixo, porém o resultado foi
44 bom e dentro de muitas questões de adoecimentos levantadas, a dos agrotóxicos foi a que mais se
45 destacou. Célia passa para a introdução da pauta da 7ª Conferência Estadual, e que na sequência voltarão
46 para a pauta do RAG. Célia em informes, fala sobre a 19ª Plenária Nacional de Conselhos, onde, da Mesa
47 Diretora, só ela e o Cláudio foram, pois não conseguiram viajar utilizando a verba do conselho e
48 acabaram sendo bancados pelas suas entidades. Ela disse que a plenária durou dois dias, e que as maiores

49 bancadas do estado foram as de Porto Alegre, Gravataí, Viamão e Cachoeira do Sul. Ela diz que a plenária
50 teve seus pontos positivos, e segundo ela o lado negativo foi que ela não teve tanta participação, diz que
51 sentiu falta de movimentos sociais e que ela não foi tão "rica" como o esperado, segundo ela o motivo
52 teria sido por falta de incentivo dos seus conselhos ou falta de recursos. Ela diz que na parte da manhã, a
53 plenária foi composta de falas, por volta de 50 representações, e foi aberto falas para os movimentos
54 sociais, e que o ministro esteve presente durante toda a manhã ouvindo atentamente todas as falas. Ela diz
55 que na tarde, um grupo se reuniu junto com a Presidente da Republica, e que de positivo segundo ela, foi
56 a primeira vez em muitos anos, que o Conselho Nacional de Saúde foi recebido por um presidente da
57 republica. Ela diz que todos os assuntos que estão hoje preocupando os segmentos de saúde foram
58 discutidos e colocados para a presidente, ele se mostrou sensível e também contrária a alguns deles. Ela
59 diz que no dia seguinte eles fizeram um ato, como sempre se encontraram na catedral e saíram em
60 marcha, fizeram também uma manifestação em frente ao Ministério da Saúde e outra em frente ao
61 Congresso Nacional. Cláudio diz que essa plenária contribuiu muito pouco para a construção da
62 conferência, ele diz que levantou na plenária a questão das conferências após a remessa do plano
63 plurianual e do plano nacional e estadual de saúde ao conselho e ao parlamento, ele diz que ninguém
64 respondeu e segundo ele não vão responder. Ele diz que de um lado as mesas constituídas em boa parte
65 eram porta vozes das políticas do governo federal, segundo ele isso mostra uma grande apelo do
66 Conselho Nacional de Saúde ao Governo Federal, porém as manifestações da plenária eram de
67 questionamentos muito importantes e segundo ele foram na mesma linha que eles discutiram. Ele diz que
68 o mais relevante foi a construção do manifesto, que foi lido e encaminhado pela plenária, que é
69 basicamente uma critica a atual política nacional, que segundo ele se originou a partir de um grupo de
70 pessoas que começaram a levantar a necessidade de tirar moções dessa plenária, e que a noite a Presidente
71 do Conselho Nacional de Saúde sugeriu que fosse feito um manifesto pegando essas questões, ele diz que
72 encaminharão esse manifesto para os demais conselheiros. Ele diz que a plenária serviu como um alerta
73 de que não será tranquilo para o governo passar suas posições e que a estratégia do Governo Federal,
74 junto com o próprio Conselho Nacional de Saúde de fazer da plenária um espaço de discussão para
75 legitimar as suas posições a serem encaminhadas no PPA e o Plano Nacional de Saúde, não deu certo por
76 conta do manifesto e as questões que foram levantadas na plenária, segundo ele, eles se saíram vitoriosos
77 no ponto de vista político, embora tenham tido baixa representação e articulação nacional nessa plenária.
78 Célia diz ainda em informes, sobre os seminários do DATASUS, ela informa para os conselheiros que não
79 participaram que eles ainda estão acontecendo, e que é importante para os conselheiros, e principalmente
80 para os novos. Célia volta para a pauta da apresentação do RAG. André fala sobre como foi a construção
81 do RAG, ele começa falando sobre as bases legais, diz que a Portaria 3176 de 2008 foi revogada pela
82 2135 de 2013, e que é ela que da hoje as bases de como se constrói o RAG e outros. Ele fala sobre o
83 TCU, que estabelece a obrigatoriedade dos estados e dos municípios de implantarem o sistema do
84 SARGSUS em cada área de gestão. Ele fala sobre a Portaria 575, que estabelece quem é que implanta o
85 SARGSUS, e que todos os estados e os municípios devem estar cadastrados no mesmo e fazerem seus
86 relatórios no nível de gestão. Ele diz que a Portaria 2135 está na apresentação apenas para ilustrar quais
87 os blocos que compõem o RAG, que são as diretrizes, objetivos, indicadores, as metas previstas pela
88 programação anual de saúde e outros. Carmen diz que o SARGSUS é um sistema que abre vários
89 formulários de preenchimento, e que tem uma parte de demografia, onde puxa dados do IBGE mostrando
90 informações da população e como ela está estruturada, etnias, gêneros e idades, também mostra as
91 principais doenças e a morbimortalidade. Ela mostra a parte de rede física de saúde, que faz um
92 levantamento via CNES, e busca todos os dados que o Estado tem. Ela mostra a parte dos profissionais do
93 SUS, diz que o sistema busca informações de todo o Estado, inclusive colocando funcionários não
94 estaduais na lista. Ela passa para a programação anual de saúde, fala que nessa parte ele não puxa dados, e
95 que são eles que têm que preencher os dados, ela fala da parte de diretrizes, objetivos, metas e
96 indicadores, fala que é um formulário que teoricamente era para puxar os resultados, mas como o
97 Ministério da Saúde até o dia 30 de março não tinha liberado os resultados, foi feito um esforço de todas
98 as áreas técnicas para calcular os indicadores, diz que alguns foram apresentados e outros não foram
99 possíveis, ela diz que tem um demonstrativo de indicadores financeiros, autorização de recursos e
100 demonstrativo orçamentário que buscam dados automaticamente do SIOPS. Ela diz que na parte de

101 auditoria, o sistema pede para inserir os dados, e na parte de análise e considerações gerais faz uma
102 análise sobre o relatório. Ela diz que eles fazem o RAG no formato que o Ministério coloca, mas abrindo
103 um espaço de anexos. Célia diz que o material que os conselheiros receberam por último, não estava
104 completo, só foi enviado à parte das diretrizes. Ela diz que houve uma complementação de alguns dados,
105 por que eles tinham uma tabela com dados em branco, por conta disso ela diz que terão que retirar alguns
106 arquivos e encaminharão para os conselheiros em breve. Célia diz que na questão de comparação de 2013
107 com 2014, não tem como fazer pelos arquivos que eles receberam, segundo ela só é mostrada a meta e o
108 resultado de 2014, e que algumas tabelas mostram os resultados, mas não mostram dados para que eles
109 possam ser avaliados, e que conselheiros podem procurar por esse detalhamento e não encontrar. Carmen
110 diz que o sistema SARGSUS vem formatado pelo governo federal, e não tem como mexer nesses dados, e
111 que ele mostra meta e resultado, ela diz que os anexos são para mostrar os detalhamentos de uma forma
112 mais ampla para o leitor. Célia pergunta se tem uma explicação nos anexos para cada um desses itens
113 mostrados. Carmen responde que não tem o detalhamento de alguns itens por que os resultados ainda não
114 foram liberados, e que provavelmente eles só serão liberados em 2016. Célia diz que alguns números não
115 estão iguais, que os números no indicador é um e no plano que eles receberam é outro, segundo ela isso é
116 uma dificuldade para os conselheiros, pois eles terão que avaliar duas coisas para chegar a uma
117 conclusão. Gabriel diz que quando se fala em indicadores e programação, eles são duas variáveis que
118 terão que ser analisadas, e que esse exercício requer em analisar esses dados com certa consistência.
119 André diz que a programação anual de saúde responde as metas do Plano Estadual de Saúde, e os
120 indicadores que são apresentados no SARGSUS responde aos indicadores que foram pactuados no ano de
121 2014 no sistema de pactuação. Ana Maria questiona o resultado de 70% na questão número 1, pergunta
122 como a Secretaria Estadual de Saúde obtém esse dado, e qual é o mecanismo de controle que eles têm
123 para que esse número seja fiel. Cláudio diz que na legislação do SUS é claro que o planejamento em
124 saúde tem que ser ascendente, ele diz que não é. Ele diz que precisam discutir quais são os indicadores
125 que eles julgam importantes e reinventar esse documento, segundo ele esse documento é muito complexo
126 e mais ainda com os indicadores, e que ele acaba sendo um resultado mais abstrato do que real. Ele diz
127 que na questão do relatório do controle social, um relatório de gestão tem que ter no máximo 20 páginas,
128 e tem que ser bastante sucinto, para que possa ser lido e entendido por qualquer pessoas de grau mediano
129 de instrução. Célia pergunta no primeiro indicador se os 70% vão ser quando atingir 2264. Célia pergunta
130 se 1006 é a implantação de novas pessoas para chegar aos 2300, ela pergunta se ela quiser saber o número
131 de pessoas que tinham antes, ela teria que subtrair 1006 de 2300 para chegar a tal resultado. Célia diz que
132 alguns números não estão batendo. Gabriel fala da importância de marcar reuniões específicas para
133 fazerem discussões do conteúdo. Camila diz que o relatório é muito difícil de avaliar, e por conta disso
134 sempre acabam discutindo a estrutura do relatório em vez de avaliar o plano e o conteúdo do mesmo, ela
135 diz que o próximo relatório tem que ser mais fácil de avaliar para que não percam tempo em plenárias
136 discutindo como ele foi feito e sim discutir seus dados e informações. Célia sugere fazer as reuniões nas
137 quintas no mesmo horário, mas sem ser no mesmo dia das plenárias. Cláudio diz que não podem fazer na
138 próxima quinta-feira por causa do feriadão. Célia sugere fazer a reunião no dia 14 de maio. Célia volta
139 para o ponto de pauta da conferência, ela diz que as propostas de correções foram feitas no regimento
140 interno, mas que uma coisa ficou pendente que era a da redação do item que configurava a definição de
141 gestor dentro dos segmentos da conferência. Ela diz que foi sugerido tirar a palavra "gratificado" e colocar
142 "exercer função", porém foi sugerido também melhorar a redação, que segundo alguns conselheiros essa
143 pequena correção de palavras não resolveria o problema. Ela lê a nova redação, ela afirma que tiraram a
144 função gratificada, e que está mantida a questão de estabelecer até o quarto nível hierárquico. Ela diz que
145 foi questionado em uma reunião da comissão de organização da conferência, se não deveria ficar livre
146 para o gestor de fazer a indicação de quem vai representar a gestão com uma preocupação em relação ao
147 município. Ela disse que eles têm dois objetivos com essas novas definições no regimento que segundo
148 ela, não tinham nunca sido feitos antes. Ela diz que o primeiro objetivo, é de ter a caracterização da
149 função de gestor, e o segundo de liberar todos aqueles funcionários servidores que ficam abaixo desse
150 nível hierárquico, para que eles consigam ser delegados tanto representando os trabalhadores como os
151 usuários, sem serem barrados por serem gestores, ela diz que esse é um problema comum que eles tem
152 enfrentado nas últimas conferências. Cláudio diz que tem duas situações bem concretas e bem distintas,

153 uma que no conselho de saúde, quem vai definir quem representa o quê, é a lei, seja municipal ou
154 estadual. Ele diz que nas conferências não existe representação, e que a pessoa se inscreve como
155 indivíduo, e que qualquer pessoa que pegar o regimento, tem o direito de participar da conferência
156 municipal. Ele diz que tem que definir que se a pessoa tem uma função gratificada, ele exerce a função de
157 trabalhador acima de gestor, ele afirma que essa definição seria bastante útil para um caso de denúncia.
158 Camila diz que deveriam ter como objetivo, caracterizar melhor o trabalhador e o usuário, e que as
159 pessoas indicadas do governo não ocupem a vaga dos trabalhadores e usuários. Célia diz que essas
160 mudanças de definição tem o objetivo de embasamento em caso de denúncias, ela diz que em muitas
161 conferências as vagas de gestores e prestadores sempre sobram, enquanto vagas de trabalhadores e
162 usuários são muito disputadas, ela se lembra de casos de trabalhadores que não eram gestores e mesmo
163 assim participavam nas conferências como gestores. Ana Valls coloca a situação de que tem conselheiros
164 que embora sejam conselheiros designados pelo seu órgão de trabalho, eles não estão dentro da
165 classificação até a quarta hierarquia, e eles sabem que não podem participar da conferência. Cláudio diz
166 que esse problema pode ser resolvido, botando mais um representante do segmento em conselho de saúde.
167 Ele diz que o problema é que se deixarem aberto o segmento gestor, eles tem que deixar tudo aberto.
168 Célia diz que se botarem como representante do segmento em gestor tem que botar em prestador e
169 trabalhador. Ivanir diz que em sua opinião, quem se inscreve nessa categoria deveria provar que é do
170 governo ou prestador de serviço, e estando ligado a essa categoria não pode se inscrever como usuário.
171 Célia mostra as correções que foram feitas no regimento, e apresenta uma nova modificação no final do
172 artigo 21, colocando um parágrafo único dizendo que o membro de conselho de saúde será classificado no
173 segmento que ele representa. Célia põe em votação a aprovação do regimento, o mesmo foi aprovado sem
174 contras ou abstenções. Célia avança para o último ponto de pauta, Cláudio diz que foi aberto um concurso
175 ano passado, e que após o concurso teve vários problemas e encaminhamentos, ele diz que foi a PGE e
176 com questionamentos sobre a validade de usar o tempo de serviço dos contratos emergenciais como
177 título, ele diz que a PGE deu resposta para essa questão, porém levantou outra questão da inexistência de
178 previsão legal para concurso exigindo mestrado e doutorado e também apontou para a anulação do
179 concurso, ele diz que tem os níveis médios que não tem problemas, porém eles têm cargos com
180 atribuições assemelhadas de graduação, mestrado e doutorado. Ele diz que a intenção deles é de tentar
181 salvar o concurso, mas corrigindo as irregularidades que existam. Neusa fala sobre a necessidade de
182 servidores públicos na área da saúde, ela se lembra da primeira tentativa de fazer o concurso da FEPPS
183 em 2009, e que se fez a projeção de aposentadoria, que segundo ela foi feita nos piores quadros. Ela diz
184 que o Conselho Estadual de Saúde entrou com uma representação no Ministério Público, já em função do
185 edital do concurso, segundo ela, a gestão da FEPPS deveria ter recuado e ter feito um novo edital de
186 concurso, porém ela fez um concurso para cargo final de carreira, quando deveria e ter feito um concurso
187 para cargo de exigência de nível superior, para as pessoas irem para os níveis de acordo com a sua
188 titulação. Ela diz que teriam que anular o mestrado e doutorado, criar os cargos que exijam doutorado
189 como exigência de início de carreira, e fazer concurso para esse cargo. Cláudio sugere criar um grupo de
190 trabalho com os concursados, com a PGE, o Conselho Estadual e o pessoal da FEPPS para conversar com
191 o Ministério Público e encontrar uma saída legal. Ele diz que a ideia em que estão trabalhando é de anular
192 a prova específica, e só participa do novo processo aquele que foram aprovados nas outras provas,
193 segundo ele podem refazer as inscrições de doutor, especialista e mestrado, fazer uma prova única com o
194 mesmo grau de dificuldade e com os mesmos critérios desta prova, segundo ele isso garante refazer as
195 provas e garantir o processo. Zilá diz que trabalhou em muitos concursos na Câmara Municipal, e diz que
196 nunca viu um concurso sendo solucionado através da justiça, diz que a situação é importante, mas muito
197 difícil de ser solucionada. Neusa e Cláudio dizem que a intenção é corrigir no concurso o que a PGE está
198 contando como ilegal e que essa correção é mais jurídica do que política. Neusa diz que a FEPPS precisa
199 de doutores e mestres, e que vão refazer um pedaço do concurso para o nível superior, ela diz que não vai
200 atender as carências da FEPPS, e que todos com nível superior vão se inscrever e concorrer com eles, e
201 diz que se refazerem o concurso não podem impedir os que não participaram antes de fazer esse novo.
202 Cláudio diz que tinham cargos que exigiam nível de graduação do mesmo cargo doutor e mestre, diz que
203 tem um cargo de nível superior para toda a FEPPS, e que o edital só pede qual a formação de nível
204 superior que é preciso, diz que fazer por área de ênfase do próprio concurso é o mais correto, diz que se

205 forem resolver pela política do atual governo, pode não ter mais concurso. Ele diz que pode ser resolvido
206 colocando todos no concurso para nível de graduação, com as vagas abertas, pegando os que já estavam
207 inscritos para refazer somente a prova específica. Neusa diz que teriam que colocar mais um componente
208 na consulta do PGE, que se o mesmo cargo que foi concursado para doutorado e mestrado, e também
209 exigindo só o nível superior, eles vão concorrer com doutores e mestres, e que todos vão ter que refazer a
210 prova específica. Fernanda, uma das concursadas diz que na parte da isonomia, realmente existiu um
211 mesmo cargo na graduação, onde todas as pessoas puderam se inscrever nesse cargo, diz acreditando ter
212 isonomia. Ela diz que a FEPPS precisa de doutores, e acha que como é um concurso público, ele não pode
213 ser direcionado, tem que ser no modo geral. Cristiane diz que tendo esses profissionais dentro da FEPPS,
214 vão ter um apoio imenso para irem juntos no gabinete do governador pedir a criação dos cargos, diz que
215 só fortalecerão a FEPPS arrumando o concurso que já existe. Paula e Fabiana dizem que debateram,
216 estudaram bastante no momento que o concurso foi aberto, e estavam cientes de que com o edital aberto
217 teriam de cometer alguns "sacrifícios" para serem aprovadas, e que é difícil receber a notícia de que o
218 edital está sendo anulado, mesmo sabendo que a FEPPS tem contratado emergenciais, diz que tem
219 pessoas trabalhando desde 1992 e renovando contratos. Elas falam da necessidade de consertar essa
220 situação de uma maneira justa para aqueles que estudaram e foram aprovados antes dessa alteração. Célia
221 diz que quando ela fez concurso, eles faziam com graduação e quem tinha mais do que graduação, já
222 subia para o cargo, ela diz que num determinado momento, todas as universidades federais começaram a
223 fazer concurso só para doutorados, e que um tempo depois elas voltaram a fazer concurso para início de
224 carreira. Ela diz que pelo que ela entendeu, o problema foi ter feito especialização, mestrado e doutorado
225 separadamente, e que consideraram isso ilegal. Célia diz que, precisam resolver esse problema, diz que
226 além dos concursados lutarem pelo direito deles de aprovados, a FEPPS assim como a saúde pública
227 necessita da contratação de pessoas para a prestação de serviço, ela acha que a única grande solução é
228 resolver isso por meios jurídicos. Célia confirma se a sugestão do Cláudio é de que todos os concursados
229 de um determinado cargo seja para graduação, mestrado ou doutorado, todos vão concorrer em vagas
230 comum independente de ter o cargo, e quem tem mestrado e doutorado vai ter mais pontuação e poderá na
231 titulação vir a suplantar, com a prova de títulos não somente a prova específica. Ela diz que se
232 juridicamente isso for viável, pode não atender a todos que foram concursados, mas resolveria a questão
233 do Estado. Fabiano diz que a sugestão inicial seria criar essas provas com exigência de nível graduação,
234 porém o conteúdo diferenciado, mas idêntico ao que foi exigido nesse edital, com as ênfases específicas,
235 com isso o candidato teria a opção de acordo com aquilo que ele se capacitou ao longo da vida. Célia diz
236 que seria mais complicado exigir para todo mundo a mesma graduação, mas com prova diferenciada.
237 Genina dá um exemplo de ênfase para melhor entendimento da fala do Fernando. Nada mais havendo a
238 tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata
239 que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre.

240
241

242 Célia Chaves
243 Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

244
245

246 Odil Gonçalves Gomes
247 Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

248
249

250 Paulo Humberto Gomes da Silva
251 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenador do CES/RS

252
253

254 Jairo Francisco Tessari
255 Coordenador do CES/RS

Francisco Zancan Paz
Coordenador do CES/RS